

Trabalho de rua, perseguições e resistências: Salvador no final do século XIX.

Street work, persecution and resistance: Salvador in the late nineteenth century.

Bruno José Rodrigues Durães*

Resumo: O objetivo do texto é apresentar um estudo sobre o trabalho de rua de Salvador do final do século XIX, o trabalho de ganho, no período 1880-1889. Pretende-se evidenciar a autonomia do trabalho de rua, que passa a representar uma forma de trabalho livre, antes mesmo da abolição. O trabalho de rua aparece como um trabalho "avançado", do ponto de vista da liberdade no trabalho, quando em comparação com o trabalho escravo. Será evidenciado também o contexto social da época, onde preconceitos raciais/étnicos eram evidentes e onde percebe-se a constituição de uma classe dos subalternos, que agrega negros, mestiços e alguns brancos pobres. Serão apresentados Mapas de Presos e notas em jornais. Nestes documentos, nota-se grande presença de trabalhadores de rua, portanto, um grupo relevante na comercialização de produtos em uma cidade portuária, ao mesmo tempo, é também um grupo perseguido.

Palavras-Chave: Trabalho de rua. Abolição. Discriminação.

Abstract: The objective of this paper is to present a study of street vendors work in Salvador, Brazil at the end of the nineteenth century from the period 1880 through 1889. It is intended to emphasize the autonomy of this type of work, which comes to represent a form of free labour, even before the slavery abolition. The street labour appears as an "advanced" work, from the freedom standpoint, when compared to slave labour. It will also give an overview of the social context when racial/ethnic prejudice was evident and one sees the establishment of a subordinated class, which includes blacks, mestizos, and some poor whites. It will be presented documents in which a strong presence of street

* Professor Adjunto de Sociologia da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG) e Colaborador na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Doutor em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas. Este texto é parte de minha dissertação de mestrado em Sociologia, defendida em 2006, na Unicamp, intitulada "Trabalhadores de rua de Salvador: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI", sob orientação do professor Ricardo Antunes.

labourers is noticed, showing that it was therefore a relevant group in the marketing of products in a port city and, at the same time, a persecuted group.

Keywords: Street labour. Slavery abolition. Discrimination.

Introdução

A Bahia, no período do século XIX, era uma das “[...] mais prósperas regiões canavieiras das Américas” (REIS, 2003, p.19). Havia engenhos de açúcar por todos os cantos do recôncavo baiano. A população, de um modo geral, era eminentemente agrária, vivia de roças, pastagens e do plantio em terras alheias, já que o latifúndio prevalecia. Era, portanto, uma sociedade agrária, latifundiária, de base escravista, na qual a relação senhor-escravo era prática comum e terminou por conformar as relações sociais com uma imagem negativa do *negro* – como um ser inferior e vadio.

Dentro de um contexto mais específico, mas não menos preconceituoso, estava a cidade de Salvador, que representava a imagem que se tinha da Bahia na época. Salvador foi fundada em 1549, é a capital da Bahia e a mais antiga cidade brasileira. Foi por três séculos a cidade mais importante e mais populosa do Brasil, o seu porto era o principal do país.

Salvador conservava uma base patriarcal (patrimonial), assentada na família, na dominação da *elite branca*¹. Esta preconizava o *progresso*, o desenvolvimento à luz do processo civilizatório europeu, sem *conceber* espaços para negros e africanos². A elite soteropolitana estava atrelada as matizes civilizacionais de pensamento europeu e, assim, conectadas com o dito progresso – tardio, visando favorecer os próprios interesses. Portanto, em Salvador, vivia-se em dois mundos (FERNANDES, 1972, p.85): o dos brancos (atrelado ao desenvolvimento econômico) e o dos negros (socialmente excluído/controlado).

¹Essa elite era composta possivelmente por: funcionários do governo, senhores decadentes, profissionais liberais (médicos, advogados, alguns engenheiros.), grandes comerciantes. Eram brasileiros e alguns estrangeiros (maioria de portugueses). Fazemos aqui uma diferenciação dessa “elite branca” para com os “brancos pobres”. Estes últimos viviam diretamente de seu trabalho/manual.

²Um pensamento corrente que se tinha à época era que “[...] o branqueamento iria modernizar a Bahia [...], a imigração européia iria favorecer ao ‘saneamento’ da sociedade baiana, destituindo-a das ‘chagas’ do seu passado colonial” (ALBUQUERQUE, 1999, p.46).

Em 1859, o viajante e médico alemão Robert Avé-Lallermant, em viagens pela província da Bahia, ao aportar em Salvador, fez o seguinte comentário a respeito da cidade:

Se não se soubesse que ela fica no Brasil, poder-se-ia tomá-la sem muita imaginação, por uma capital africana, residência de poderoso príncipe negro, na qual passa inteiramente despercebida uma população de forasteiros brancos puros. Tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros na parte baixa, negros nos bairros altos. Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro; até os cavalos dos carros da Bahia são negros (1980, p.22)³.

A maior parte do comércio da Bahia passava pelo porto de Salvador, e para carregar os navios ou descarregá-los, conduzir as mercadorias para os estabelecimentos comerciais e até para levar *gente* de uma parte a outra da cidade (em cadeiras de arruar), para tudo isso precisava-se dos homens das ruas, que eram negros (africanos e depois brasileiros) e mestiços⁴. Dessa maneira, a Bahia (e Salvador) estava estruturada em cima desta corrente étnica⁵. Contudo, ainda assim, será o negro o elemento controlado. Parece contraditório, mas não é, pois quem tinha o poder econômico e por extensão o político, eram os *brancos*.

Assim, para saber quem eram esses trabalhadores de rua no contexto da abolição, saber quem foram esses “homens das ruas”, têm-se que saber primeiramente que eles eram negros, descendentes diretos dos africanos. Muitos eram libertos, exerciam atividades nas ruas.

Os ganhadores e ganhadeiras

Os ganhadores ficavam registrados em algum *canto* (ponto de aglomeração de trabalhadores à espera de trabalho) pela cidade. Ganhador era aquele indivíduo que vivia literalmente ganhando a vida em atividades de rua. Inicialmente, ganhador representava apenas os carregadores (homens), mas ao longo do século XIX,

³Percebe-se na última frase da citação como que surge uma naturalização do negro como “animal” e isso foi uma das características do racismo à época.

⁴Para Affonso Taunay (1928, p 154), “Os pobres carregadores de cadeirinhas é que viviam a trotar [...]”.

⁵Os casarões habitados pela “elite branca” da época, em Salvador, possuíam toda uma gama de serviços e afazeres, que ia desde questões mais simples (cozinhar, buscar água, dar recados) a serviços mais especializados (consertos de carpintaria, construção), para tudo isso, usava-se do “negro”.

principalmente a partir de 1870, com o declínio da economia açucareira, bem como o declínio do tráfico de africanos, amplia-se a denominação de ganhador, que passa a incorporar também profissionais especializados, como pedreiro, marceneiro, ferreiro, padeiro, carpina (carpinteiro), entre outros (REIS, 2000), e a incorporar mulheres, as ganhadeiras⁶, estas não como carregadoras, mas, normalmente, como vendedoras das mais diversas iguarias de origem africana. Isso termina por dar uma dimensão ampliada aos *cantos*, que passam a funcionar como um local de concentração de várias atividades. As vestimentas e indumentárias dos ganhadores eram composta de:

[...] vestimenta de pano de algodão grosso (de sacos de farinha de trigo) ou de 'saco' ou aniagem (tecido de juta usado em sacaria, servindo especialmente naquele tempo para enfardamento de charque). Eram estas as peça de indumentária: calças curtas de cós (de enfiar) [...] camisolão comprido, que lhes vinha até os joelhos, tendo dos lados bolsos de dois palmos de profundidade [...] a cabeça trazia em vez de chapéu um gorro de pano de algodão grosso, que lhe servia ao mesmo tempo de rodilha, quando houvesse de transportar objetos (CAMPOS, 1943, p.292).

Outrossim, as *mulheres* (ganhadeiras, quituteiras, vendedoras de iguarias) também mercadejavam pelas ruas, passando de canto a canto. Conforme Campos (1943, P.293):

Nas primeiras horas da manhã surgiam nos cantos negras conduzindo grandes panelas de mingau de milho e de tapioca, que os ganhadores consumiam com pão [...]. Também vendiam acaçá [parecido com o abará] quente. Das quatorze para as quinze horas apareciam outras pretas a vender arroz de haussá com carne seca frita aos pedacinhos e o respectivo molho, preparado com pimenta seca ralada na pedra e levada ao fogo com azeite de dendê; bolas de inhame que, dissolvidas n'água eram ingeridas com assucar [sic]; carne de baleia moqueada; inhame cosido, caruru etc.

Mas havia ainda os mercadores, os quais também podem ser considerados ganhadores, pois estavam inseridos na lida diária das ruas, ganhando a vida. Estes mercadores perambulavam pela cidade, vendendo produtos. Eram vendedores ambulantes:

⁶“Ganhadeiras trazendo à cabeça grandes taboleiros munidas de um chocalho de folha de flandres, mercadejavam esses artefatos e despertavam a atenção dos compradores cantarolando esta quadra: As barras do dia já vem clareando, que belo menino na lapa chorando!” (QUERINO, 1946, p.12).

Os africanos, além de carregadores dos trapiches e de carregadores dos cantos, exerciam outras profissões. Eram vendedores ambulantes de vários gêneros, seguindo métodos de comércio muito seus [...] preferiam deitar fora a mercadoria, quando esta era de natureza a sofrer rápida deterioração a venderem-na por preço inferior [...] (CAMPOS, 1943, p.294).

O termo *ganhador* trás em si uma imagem de uma pessoa que ganhou ou almeja ganhar, foi o vencedor, mas, certamente, não era apenas essa a imagem propagada no século XIX pela *elite branca*. Certamente, funcionou muito mais como uma forma negativa de tipificar um grupo social subalterno [de exercer sua dominação], como um modo de dizer que eles e elas (ganhadores e ganhadeiras) não fazem parte do mundo branco, da *sociedade*, mas que estão alijados, nas ruas, ou melhor, uns *cantos* de rua. Mas, ainda assim, alijados, podem exercer sua sede (vista pela elite como natural) por ganhar.

Então, imaginemos como era para aqueles indivíduos subjetivamente (e materialmente) terem de viver e conviver com esse estigma. Imaginemos a quantidade de trabalhadores (as) que iam presos (as), aparentemente, sem motivos evidentes, apenas por viver nessa condição considerada socialmente perigosa, de passado insurrecional, haja vista fatos anteriores – como a rebelião dos malês de 1835 e a greve negra de 1857 (REIS, 1991 e 2003).

Portanto, ser ganhador em Salvador no final do século XIX é ter sido dotado de extrema habilidade social e *artimanhas* para conseguir driblar os obstáculos de uma sociedade excludente, em processo de decadência econômica, mas *de olho* no progresso. Para tal iniciativa, certamente, esses trabalhadores/as se apegaram à religião e a formas culturais de passado africano, que tinham, entre outras coisas, o papel de fortalecer suas identidades e manter uma coesão coletiva entre os diferentes tipos de atividades de rua do período. Essa identidade construída simbolicamente sobre bases africanas terminava por aglutinar não só o negro, mas o mestiço, e, quem sabe, até brancos pobres, que também se valiam do espaço da rua como meio de vida.

Por fim, a concepção do termo *ganhador* talvez tenha sido forjada pela elite branca para tentar melhor controlar uma população de passado revoltoso, e, talvez, essa denominação tenha sido uma forma de não chamar os “excluídos” diretamente de *vadios* e *preguiçosos* ou até seja oriundo de algum termo africano. Talvez ser visto como

ganhador fosse mais honroso que ser um *vadio, sem-ofício*. Certamente, essa concepção se encaixou perfeitamente na sociedade baiana da época, onde a moralidade cristã européia e o progresso eram marcas no pensamento elitista.

Os Cantos de Salvador do século XIX

Os *Cantos* a que me refiro não eram músicas tocadas em festas ou folias na cidade. Na verdade, eram os espaços delimitados e constituídos para os homens das ruas (e mulheres) trabalharem, ou melhor, concentrarem-se aptos à espera de trabalho⁷. Essa espera muitas vezes era recheada com a realização de alguma atividade, uma espécie de lazer, conforme Taunay (1928, p.154): “[...] empregavam os lazeres geralmente praticando o ofício de entalhador, ou fazendo chapéus, esteiras etc.”

Os cantos eram uma espécie de reduto, em alguma esquina movimentada (Rua da Mouraria, Conceição da Praia, Piedade, entre tantas outras)⁸, sendo que a “[...] maioria dos cantos e aqueles mais numerosos estavam realmente localizados na Cidade Baixa, o chamado bairro comercial, nas freguesias da Conceição da Praia e Pilar [...]” (REIS, 2000, p.209). Eram lugares onde se aglomeravam diversos tipos de trabalhadores para oferecer diversos tipos de atividades. Claro que o *canto* não se reduzia a lugares físicos. Tratavam-se de espaços de convivência de seres estruturantes da vida social de Salvador⁹. Em outras palavras, esses indivíduos eram elementos importantes na dinâmica da economia baiana e terminaram por conseguir a afirmação do espaço do *canto* como um reduto de autonomização de si, ainda como sendo, uma *autonomia relativa/precária*. Quem vai passar a ditar as regras de convivência e ganho são os próprios seres das ruas: os trabalhadores, como já sinaliza Reis, referindo-se ao processo de *autonomização do escravo de ganho* nas idas de 1835:

O senhor podia controlar o resultado do trabalho do escravo, mas este decidia onde, como e com quem trabalhar. Ao lado dos libertos, os

⁷Contudo, somente os homens foram oficialmente registrados no Livro de Matrícula dos Cantos, controlados pelo Chefe de Polícia (REIS, 2000).

⁸Essas ruas citadas localizam-se no centro de Salvador e, ainda hoje, são bastante ocupadas por trabalhadores (as) de rua.

⁹Para Reis (2003, p.359 e 360), a origem dos “cantos” deve estar associada a heranças culturais e simbólicas da África.

escravos africanos organizavam autonomamente sua inserção no mercado de trabalho (REIS, 2003, p.359).

Inicialmente, pode-se supor que esses cantos eram espaços ocupados somente por africanos, mas, ao longo do século XIX, com a quantidade de libertos, alforriados e o aumento da população livre de um modo geral, os cantos foram também sendo ocupados por mestiços e por alguns brancos pobres¹⁰. Talvez um dos motivos para essa entrada de livres tenha sido o período de crise econômica que vivia a Bahia no momento (MATTOSO, 1978).

A atividade de ganhador em Salvador e em outras cidades brasileiras em que ocorreu tal profissão têm suas origens com os escravos, o escravo *de ganho* ou *ao ganho*¹¹. Foi através do sistema de ganho que emergiram os cantos; por isso, os cantos no início do século XIX configuraram-se em um lugar ocupado majoritariamente por africanos, os quais eram comumente escravos. Conforme Holanda (1995), o senhor necessitava da cooperação do escravo, pois este detinha a especialização em determinado serviço como carpintaria, serraria, construção, hidráulica etc. Havia uma certa dependência do senhor para com o escravo em determinados períodos de declínio do engenho, mas o normal era o senhor obter lucros colocando o escravo no ganho. O escravo era obrigado a pagar uma certa quantia ao senhor, *pagar a semana*, o que sobrasse era seu. Neste caso, os escravos de ganho utilizavam o dinheiro, muitas vezes, para se manter, pois muitos deles moravam por conta própria, em pequenos quartos alugados, por vezes em porões de casas comerciais. Isso contribuía para aumentar os ganhos do senhor, pois este não precisava mais gastar para manter o escravo, como

¹⁰Além disso, muitos africanos deixaram esse mercado por força da idade, da morte e até de retorno para África (REIS, 2000, p.223). Ocorreu também a redução paulatina do tráfico ao longo do século XIX.

¹¹A existência desses escravos de ganho também foi evidenciada no Rio de Janeiro, ver: SILVA, 1986 e SOARES, 1998. O produto de seu trabalho era, quase todo, apropriado pelo senhor. Este se valia do escravo como meio de obter ganhos. Porém, começava a haver, nas ruas, uma diferenciação para com o “escravo” anterior. Agora, o inserido no ganho passa a ter o poder de “decisão” sobre o seu trabalho. Ele passa em muitos casos a escolher como fazer o seu trabalho, o seu processo de trabalho fica mais autônomo, sem a figura controladora do “feitor” ou “senhor”. Esta parece ser uma diferenciação típica dos escravos urbanos. O escravo no ganho passa a ficar mais autônomo do seu senhor. É como se a dialética senhor-escravo começasse a se decompor, por um dos lados, o lado do trabalho. Esse escravo (um pré-ganhador) passa a receber uma quantia de seu próprio trabalho, uma espécie de “salário”, que serve para sua autorreprodução social – atende suas necessidades imediatas de sobrevivência, alimentação, moradia, quer dizer, algo que antes era feito na própria senzala ou no casarão do senhor urbano. Além disso, é ali, nas formas de trabalho de rua, que alguns desses escravos conseguiram formar pecúlio para comprar sua liberdade.

ocorria na senzala (e não gastava em vigilância). Ao mesmo tempo, o escravo passava a ter maior liberdade de gestão de sua vida, valendo-se dos espaços das ruas para se movimentar.

A rua, portanto, principalmente a partir de 1870, com a intensificação da crise do regime escravista, que vinha sofrendo baixa desde o início do século com as restrições inglesas ao tráfico, passou a fornecer um lugar de autonomia e, conseqüentemente, de resistência para os ex-escravos, pois ali se quebravam os grilhões do cativo, mesmo antes da abolição, constituindo-se como seres que definiam a forma de sua atividade. Em certa medida, passam a trabalhar por si e para si, realizar-se no trabalho. Este não estava mais separado de si, agora o trabalhador se apropria diretamente do produto do seu trabalho, sem a figura de um *ser estranho* para lhe tomar os produtos e comandar seu processo produtivo, deixando de servir como fonte de *ganhos* para o senhor para ser fonte de *renda*¹² para os próprios trabalhadores¹³. É interessante notar que o contexto do trabalho de ganho do escravo na rua surge como resultante de uma imposição, resultante da vontade do senhor que obrigava este (*sua mercadoria*) ao trabalho de ganhador. Era uma fonte de lucro fácil. Conforme Reis (2003, p.352 e 353), com o dinheiro investido no escravo após cerca de três anos, o senhor obtinha lucro, com o qual poderia comprar mais escravos, inclusive, nos períodos de recesso, continuava a ser um bom negócio, pois os próprios escravos se sustentavam.

Ao longo do século XIX, a atividade de ganho, por deixar de ser apenas realizada por escravos, passa a não ser mais fonte de lucros para o senhor. Na verdade, o senhor passa a perder o poder frente aos ganhadores. Os ex-escravos e a população livre vão resignificar a atividade de ganho, como uma forma de trabalho autônoma, uma alternativa real de existência. Todavia, ao mesmo tempo, esse mesmo espaço de

¹² Faz-se aqui uma diferenciação proposital entre ganho e renda. O primeiro, como sendo uma fonte de negócio do senhor, fonte de obtenção de lucro, obter mais dinheiro através de um investimento (aquisição de um escravo). Já no segundo caso, servia como meio de sobrevivência imediata do *escravo de ganho*.

¹³ "Os cantos haviam se constituído historicamente como verdadeiras instituições africanas" (REIS, 2000, p.216). Para Reis (2000, p. 217), no livro de Matrícula dos Cantos (1887) os africanos que compunham os ganhadores representava 49% (822 trabalhadores), apenas 6% destes tinha menos de 50 anos. Do total de ganhadores registrado no livro 78% eram de fora de Salvador. Existiam 1703 trabalhadores registrados, com cerca de 35 ocupações registradas no ganho. Entretanto, é provável que tenha existido mais ocupações que não foram registradas. "Um grande número de ganhadores possuía ofícios especializados, informação que os africanos omitiam das autoridades como forma de escapar ao pagamento de impostos, mas que os nacionais declararam sem nenhum prejuízo" (CASTELLUCCI, 2004, p.49).

liberdade será um espaço altamente vigiado pelo poder público, portanto um espaço por si só anacrônico. Como afirma Reis (2000, p.201 e 202):

Se antes os ganhadores estavam submetidos ao duplo controle dos senhores e do Estado, agora que a escravidão definia cada vez menos sua condição, caberia ao Estado a tarefa de controlá-los. [...] Daí também a transferência para a polícia, órgão repressivo por excelência, de uma tarefa que antigamente era feita pela municipalidade.

Essa transferência da repressão do senhor para a polícia terminou por ser um fator externo, que contribuiu para o processo de autonomização dos trabalhadores. Com essa transferência, muda a lógica secular de submissão do escravo com o senhor, ou seja, quebra-se (enfraquece) esse binômio, antes da abolição, pelo menos no espaço dos cantos. Com isso, vai haver uma mudança na relação que antes era somente interpessoal para uma nova relação mais impessoal, pois quem assume agora o papel repressor é o Estado, e este por excelência é dotado de relações menos pessoais, ainda que, no último quartel do século XIX, o Estado era muito mais atrelado ao patrimonialismo – relações pessoalizadas.

Destarte, pode-se dizer que, ao longo do século XIX, os cantos passaram por, pelo menos, dois momentos: o **primeiro**, até meados do século, como um espaço ocupado majoritariamente por africanos e escravos, no qual o senhor ficava com a maior parte dos ganhos; o **segundo**, na segunda metade deste século, em diante, no qual os cantos passam a ser um espaço reestruturado pelos trabalhadores, aqui negros (africanos), mestiços, em sua maioria, já na condição de livres/libertos (e alguns brancos pobres), que passam a constituir uma esfera autônoma de resistência e afirmação de suas raízes étnicas, e onde, principalmente, a renda do ganho ia para o próprio trabalhador. Esse segundo momento cristaliza o momento onde o trabalhador passa a controlar o processo e o resultado do seu trabalho, porém, de modo relativo, pois se vivia em um contexto de repressão.

O *capitão do canto* era uma espécie de líder, era ele quem representava os trabalhadores junto ao corpo de polícia, inclusive recebendo um registro comprovando sua função no canto, conforme o “Regulamento Policial”¹⁴, da cidade de Salvador –

¹⁴Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBa), Seção Arquivo Colonial e Provincial, Série Polícia, maço 7116, **Livro de Matrícula dos Cantos**. O regulamento policial esta dentro deste maço.

instituído em 5 de outubro de 1880, pelo Chefe de Polícia Virgílio Silvestre de Faria –, composto por 11 artigos, quatro destes regulamentando os capitães dos cantos, dos quais apresento dois:

[...] Art.6º- A nomeação dos “capitães dos cantos” e de seus ajudantes será feita pelos trabalhadores de cada canto, mas só valerá depois de ser aprovada pelo Dr. Chefe de Polícia, que os poderá demitir quando julgar conveniente.

Art.8º- Os trabalhadores são obrigados a obedecer aos capitães, que regularizarão cada um em seu canto, o trabalho pela melhor forma possível de modo que haja igualdade de serviço [...].

Consonante a esse regulamento, o capitão do canto era fruto de uma escolha supostamente autônoma dos trabalhadores, porém *sua nomeação ainda passava pelo aval do chefe de polícia, o que sugestiona a existência de um nível de subordinação do capitão do canto para com o primeiro*¹⁵. Nesse sentido, o chefe de polícia impunha uma relação de subserviência forçada ao capitão do canto, devido ao poder que tinha de legitimar ou não o capital escolhido.

O capitão do canto parece que era o organizador do canto, quem indicava os serviços, dividia-os, mantinha os trabalhadores em harmonia, enfim, o gerente do negócio, com uma diferença: o dono do negócio eram os próprios trabalhadores.

Por fim, para Reis, os cantos “[...] funcionavam como espécie de agência informal de emprego [...], se alguém desejasse contratar um ferreiro, um marceneiro, [...] e assim por diante, sua melhor chance de encontrá-lo seria [...] [no] canto [...]” (2000, p.214 e 215).

Os cantos terminavam por misturar numa mesma condição, a de trabalhadores de rua, os africanos, brasileiros, pretos, pardos e cabras (REIS, 2000, p.239). Dessa forma, o espaço do canto (dos ganhadores) inseria numa mesma condição social e de vida indivíduos antes separados pela escravidão. Na rua, surge, então, a possibilidade desses seres se constituírem numa mesma posição social, com condições de vida e de trabalho similares, constituindo-se assim numa classe¹⁶.

¹⁵Esse é um dos elementos que vem corroborar com a ideia da autonomia relativa.

¹⁶Conforme Reis (2000, p. 240), os cantos de 1870 “[...] pareciam se encaminhar para uma organização mais orientada por princípios classistas”.

Dessa maneira, pensar nos cantos de Salvador do final do século XIX é entendê-los para além de sua mera aparência de ser apenas um local onde se agrupavam trabalhadores aptos à espera de um serviço; era mais que isso: significou a própria sócio-gênese de uma classe: a classe dos subalternos, estereotipados de inferiores etc., a representação do próprio atraso, a mancha viva de um passado escravista/colonial que tinha que ser extirpado do presente pré-republicano e “civilizado”. Nesse ponto, o aspecto negativo do imaginário elitista referente aos negros vinha à tona com ferocidade, consolidando novos e velhos preconceitos. Inclusive, o controle desse grupo subalterno se colocava como um dilema: ou se controlava e inibia os negros e mestiços ou poderia ocorrer levantes/revoltas.

O controle e perseguição Policial ao trabalho de rua

A regulamentação e o controle por parte do poder público municipal em relação às atividades de rua foram práticas comuns em Salvador no século XIX. Várias também foram às resistências impetradas pelos indivíduos da rua – talvez as mais expressivas foram o levante dos Malês de 1835 e a “greve negra” de 1857 (ver REIS, 1993 e 2003)¹⁷.

O principal controle policial efetivado para fiscalizar e coibir o trabalho de rua desse período em Salvador foi o *Regimento Policial de 1880* e o *Livro de Matrícula dos Cantos* (da mesma época). O primeiro efetivamente determinava que só poderia ir trabalhar nas ruas quem estivesse devidamente matriculado em um canto. Além dessa postura, o regulamento também chegava em detalhes como, por exemplo, determinar a vestimenta do trabalhador, provavelmente para criar um padrão supostamente aceitável e facilitar sua identificação. Em seu **artigo 5º** aparece o seguinte: “Os trabalhadores são obrigados a usar de camisa de mangas curtas, trazendo na do lado direito letras bem visíveis, feita de ganga vermelha, o numero de ordem, que lhes pertencer e acima d’estes a letra do canto respectivo”.

¹⁷ “Cerca de 51% dos réus escravos e libertos indiciados [na Revolta dos Malês] naquele ano eram trabalhadores de cadeira e fardos e vendedores ambulantes. Outros 17% eram artesãos, a maioria dos quais muito provavelmente fazia ponto dentro de cantos” (REIS, 2003, p. 17).

No caso dos *ganhadores*, muitos foram perseguidos e obrigados a registrarem-se no livro de matrícula, o qual ficava a disposição da polícia. Essa era uma forma de controlá-los sem proibir o trabalho nas ruas.

O controle e a fiscalização aos trabalhadores não pararam em 1880. No dia 5 de setembro de 1889, o Dr. José Luiz de Almeida Couto torna pública as resoluções da Assembléia Legislativa Provincial¹⁸ que, entre seus artigos morais sobre deveres e condutas na cidade, traz no artigo 10º:

Ninguém poderá **mascatear** nem **volantemente** negociar em qualquer generos n'esta Villa [sic] [...] sem prévia licença desta Câmara, que a concederá depois de lhe haver sido pago o respectivo imposto e feito a matrícula, recebendo um número de ordem que será colocado na caixa [ou] tabuleiro de mascateação ou do genero que **ambulantemente** vender; o infrator fica sujeito a multa de vinte mil réis [...] (Grifo nosso).

Essa resolução é interessante, pois traz denominações feitas aos trabalhadores de rua que dão a ideia de movimento, de uma atividade que perambula (ambulante). Hoje, início do XXI, essa ideia de movimento foi incorporada no senso comum, na denominação vendedor ambulante.

Os jornais da época também traziam notas cobrando ações do poder municipal com o propósito de coibir os vendedores em determinados lugares. Esse foi o caso do *Jornal de Notícias* de 18 de março de 1895. O título da nota era "Pelas Ruas", a qual reclamava posturas para tornar limpa e mais livre as ruas da cidade: "Já é tempo da capital da Bahia oferecer feição mais digna"¹⁹. A nota se refere a algumas ruas principais do centro da capital baiana. São elas: rua Duarte Cabeça (Centro de Salvador), o Beco do Vigário e São Pedro (Centro). Conforme a nota, "[...] há diariamente em plena rua um comércio animado de ganhadeiras. A noite o mercado aumenta de proporções e com ele o escândalo de em ruas tão concorridas ficar o trânsito público interrompido"²⁰.

A nota do *Jornal de Notícias* termina conclamando o poder municipal para atender seus reclames: "O que vimos de dizer é fácil de ser verificado pelo poder

¹⁸Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBa), Seção do Arquivo Colonial e Provincial, maço 2911, folha 22, **Presidência da Província Legislativa**: registros de leis e resoluções, 1889.

¹⁹Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), **Jornal de Notícias**, 18/03/1895, p. 01.

²⁰Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), **Jornal de Notícias**, 18/03/1895. É interessante notar que nessas ruas citadas acima como sendo sujas e de difícil acesso para os transeuntes, devido à presença de trabalhadores de rua, foram as mesmas a serem novamente modificadas na atualidade em Salvador.

municipal, que estamos certos não demorará em atender-nos, extinguindo aquele mercado ambulante [...], dando assim péssimo aspecto aquele ponto”²¹.

Já no *Jornal de Notícias* de 04 de maio de 1899, a administração municipal ordena a retirada de vendedores ambulantes de ruas da cidade, do largo do mercado da Baixa do Sapateiro. Segundo a nota, que também tinha o título *Pelas Ruas*, dizia:

A administração do Sr. Dr. Victorio Falcão deverá tornar realidade o cumprimento das portarias baixadas ao comissariado municipal, no sentido de impedirem a continuação da permanência de vendedores ambulantes no largo do mercado da Baixa dos Sapateiros, vedando o trânsito público e atirando na viação quanta espécie de imundice conseguem reunir em cestos e gamelas [...] (*Jornal de Notícias*, 04/05/1889, p. 01).

Ainda conforme a nota, essas mudanças seriam permanentes e se estenderiam para outras ruas do Centro. A nota finaliza afirmando que os vendedores estão violando as leis municipais.

Em 15 de setembro de 1900, o *Jornal de Notícias* traz novamente a nota *Pelas Ruas*. Volta a reclamar e exigir providências para com os vendedores ambulantes. Segundo a nota,

[...] além de ilustradores de calçados, vê-se concorrido mercado de pão, doces, fructas [sic], etc., e até de folhas medicinais, abuso agravado pelo desrespeito a moral e a ordem públicas e cascas de fructas [sic], palhas etc.

A postura proibitiva d’esse [sic] abuso era, há pouco tempo, observada com certo cuidado, deixando agora de o ser, não sabemos devido a que causas. (*Jornal de Notícias*, 15/09/1900, p. 01).

Antes, com o funcionamento da proibição, conforme a nota,

Uma família ou um cavalheiro podia transitar despreocupado de apanhar um trambolhão de algum carregador ou vendedora de fructas [sic] e carnes e outras coisas mais. Actualmente [sic], é-se obrigado a descer dos passeios, porque **os vadios** empatam a passagem com suas pernas estiradas [...] ou, então, com caixas de lustrar, bandejas de balas, balaios etc. (*Jornal de Notícias*, 15/09/1900, p. 01, Grifo nosso).

Já em 1904, outro jornal, o *Diário de Notícias*, publica no dia 01 de agosto uma nota com o título *Queixas e Reclamações*, na qual ainda se refere aos trabalhadores do

²¹Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), *Jornal de Notícias*, 18/03/1895

largo do Mercado da Baixa de Sapateiros (bairro situado próximo do Centro Histórico), pedindo a retirada deles do local²². Ou seja, cinco anos depois das ações da administração de Victório Falcão, os vendedores voltaram para o local. Isso nos leva a ponderar que era uma constante a desobediência (como forma de resistência e sobrevivência).

Continuando com a discussão em relação à perseguição aos trabalhadores de rua, podemos ver o *Mapa de Presos de Salvador* do período de 1887 à 1889²³, que traz uma planilha que consta de: 1º) estações de Salvador (local onde foi preso); 2º) nome; 3º) nacionalidade; 4º) qualidade/cor; 5º) profissão; 6º) motivo da Prisão; 7º) a que horas; 8º) dia ou noite.

São exemplos de algumas prisões aquelas ocorridas no dia 28 de fevereiro de 1889 na Estação do Comércio. Foram presos nessa ocasião: *João Baptista*, brasileiro, crioulo, ganhador, por desordem; Francisco da Costa, brasileiro, crioulo, ganhador, por desordem; Maurício, brasileiro, pardo, ganhador, marceneiro, por desordem. No mesmo dia, na Estação Central, foi preso *Luiz Antonio de Moraes*, brasileiro, crioulo, sem ofício, por desordem. Conforme esse dia, podemos ver que sempre tinha muitos trabalhadores (as) de rua sendo presos (as) e a maioria por motivo de desordem²⁴. Além dessas prisões por motivo de desordem, têm-se outras por motivos dos mais estranhos, o que leva a considerar que estar na rua, trabalhando, sendo negro, implicava estar sujeito a ser rotulado como suspeito e, sendo visto desobedecendo algum preceito moral sob a ótica do *bom viver da elite branca*, seria preso. Em outras palavras, bastava perambular sem destino ou dormir depois da meia noite em alguma praça pública, que poderia ser preso, como nos exemplos abaixo.

Luiz Pereira, livre, 21 anos, brasileiro, crioulo, ganhador, solteiro, foi preso “por ser encontrado a dormir depois de meia noite no largo da Conceição [...]”. Luiz foi preso

²²Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), **Diário de Notícias**, Jornal, 01/08/1904, p. 03.

²³Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBa), Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Série Polícia, maço 6297, **Mapas de presos, prisões**, 1887 – 1889.

²⁴Os motivos mais comuns para se efetuarem as prisões eram por desordem, por insultar a força e moral pública, por embriaguez, por furto, por vagar sem destino, por ferimento, por infração de postura, como alienado (louco), entre outros.

no dia 07 de abril de 1888²⁵. Nesse mesmo dia, foi preso outro crioulo, sem nome, ganhador, 33 anos, solteiro, preso “por vagar sem destino”²⁶.

Assim, em uma breve análise do Mapa dos Presos, constatamos quase sempre a presença de um ganhador (a) (seja: pedreiro, marceneiro, sapateiro, aguadeiro, entre outros), isto é, constantemente tinha-se trabalhadores de rua entre os presos do dia.

Inicialmente referente aos presos do mês de Janeiro de 1888²⁷, próximo à abolição, temos que 84% dos presos (as) já estavam relacionados na condição de livres²⁸. Havia poucos africanos presos, apenas seis. Havia apenas 20 presos na condição de escravos nesse mês. De modo geral, eram poucos os escravos registrados nos mapas de presos desse período. É provável que isso tenha ocorrido devido à baixa quantidade de escravos existentes nas atividades de rua do período, pois a escravidão urbana foi se dissipando antes da rural. Como as atividades de ganho na rua foram cada vez mais sendo ocupadas por livres e libertos ao longo do século XIX, consolidou-se como um espaço diferenciado de trabalho (livre) diante da escravidão. As formas de trabalho de rua se aproximavam de formas de trabalho livre e, por isso, eram mais avançadas, no sentido da “liberdade”²⁹. Vejamos a tabela dos presos de janeiro de 1888, segundo a ocupação:

²⁵Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBa), Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Série Polícia, maço 6297, **Mapas de presos, prisões**, 1887 – 1889.

²⁶Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBa), Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Série Polícia, maço 6297, **Mapas de presos, prisões**, 1887 – 1889.

²⁷Infelizmente, o maço: **Mapa de Presos** (APEBa, maço 6297), ao longo do ano de 1888 e de 1889, está incompleto e muito deteriorado, o que não permitiu montar mais tabelas, por isso, iremos citar apenas dois exemplos, mas que são suficientes para se ter uma noção da caracterização que se fazia aos presos no período. Houveram também presas (trabalhadoras de rua), mas em menor quantidade, como o caso de Antonia Maria da Silva, brasileira, crioula, ganhadora, 20 anos, livre, solteira, presa por desordem, sob ordem do subdelegado do 1º distrito de Santo Antônio, no dia 13 de abril de 1888, exatamente um mês antes da abolição da escravidão, o que comprova que já havia ganhadoras livres nas ruas da cidade. Mas, devido ao estado precário que se encontram os mapas das prisões, não realizamos a contagem diferenciando presos e presas.

²⁸Do total de presos (as) desse mês (238, ver tabela 01 abaixo), apenas 20 foram registrados como escravos, quer dizer, 84% eram livres, antes da abolição. Isto vem a corroborar a ideia de que já existiam trabalhadores livres nas ruas, antes mesmo, do fim da escravidão.

²⁹Agregamos em uma mesma condição **trabalho de rua**, diversos tipos de atividades que estavam ligadas aos Cantos. Estavam, por vezes, relacionadas entre a casa e a rua, mas que tinham a rua como espaço de oferta serviços ou de produtos. Assim, consideramos trabalhador de rua/ganhador todos esses seres que viviam das condições incertas das ruas, em atividades diferenciadas, mas muitos, provavelmente, estavam vinculados por laços de amizade e parentesco. Todos estavam a seu modo ganhando a vida dia-a-dia. Hoje, define-se uma forma de trabalho muito mais pela “relação de trabalho”, do que, pelo local onde ela se realiza (se no chão da fábrica ou em um estabelecimento). Hoje, a definição mais consensual baseia-se em um critério jurídico que diz, se o trabalhador tem carteira assinada, ele é formal, caso não tenha é

Tabela 01 - Presos (as) de Janeiro de 1888 de Salvador, segundo sua ocupação.

Ocupação	Presos	%
Trabalhador de rua*	93	39,1
Doméstico	29	12,2
Lavrador / roceiro	16	6,7
Marítimo / Saveirista	12	5,0
Sem ofício	79	33,2
Outros**	09	3,8
TOTAL	238	100,00

Fonte: Pesquisa Documental direta no APEBa, Mapa de Presos, maço 6297, 2005.

*Inclui-se aqui: ganhador/carregador, vendedor ambulante, marceneiro, sapateiro, pedreiro, servente, cozinheiro, quituteiras, padeiro, ferreiro, funileiro, calafate, carroceiro.

** Inclui-se aqui: maquinista, taverneiro, garimpeiro, alfaiate, cabeleireiro/barbeiro, telegrafista e músico.

Conforme a tabela acima, referente às prisões efetuadas em locais da cidade em janeiro de 1888, há um expressivo percentual de trabalhadores de rua, 39,1%. Porém, aos trabalhadores de rua podem ser acrescentados os domésticos (12,2%) e os sem ofício (33,2%). Os primeiros, normalmente, exerciam atividades entre a casa e a rua, pequenos recados, serviços, compras, buscavam água. Os segundos, relacionados na condição de

informal. Porém até essa definição é muito vaga e genérica, pois existem formas de trabalho com carteira, mesmo dentro de multinacionais, mas que são tão precárias (incertas e vulneráveis) quanto às atividades tipicamente informais. Mas uma coisa é certa: nas atividades de rua do período que pesquisamos, do final do século XIX, não havia uma relação capital (donos dos meios e instrumentos de produção) – trabalho, ao contrário era o próprio trabalhador que controlava e possuía seus instrumentos/meios de trabalho, eram seres dotados de autonomia de trabalho, do ato de trabalhar em si, não do contexto externo, que era coercitivo. Havia, porém, elementos definidores dos tipos de atividades de rua, como: o fato de ocorrerem nas ruas; estarem sujeitas ao controle externo do poder público (polícia); atividades incertas e vulneráveis quanto a jornada de trabalho, bem como com relação à renda. Assim, aqui, iremos considerar todas as atividades que estiverem nessas condições apresentadas acima, como sendo componentes do trabalho de rua do período.

“sem ofício”³⁰, viviam ou da labuta incerta das ruas, sem uma ocupação definida, ou perambulavam pela cidade, muitas vezes a espera de alguma atividade. Uma parcela deles vivia sem ser somente carregador, pedreiro, marceneiro, mas um pouco de cada coisa, uma espécie de “pau para toda obra”, quer dizer, deviam de fato não ter uma profissão definida na vida e sim meios de sobrevivência³¹. Isso leva-nos a um percentual aproximado de 84,5% (somados trabalhadores de rua mais domésticos e sem ofício) de trabalhadores de rua presos em Janeiro de 1888.

Em relação à cor dos presos (as), do mês de Janeiro de 1888, houve um predomínio de negros e mestiços, 89,4%, conforme tabela 02 abaixo:

Tabela 02- Presos (as) de Janeiro de 1888 de Salvador, segundo sua Cor.

COR	Presos	%
Crioulo	80	33,6
Pardo	86	36,1
Cabra	40	16,8
Preto*	07	2,9
Branco	25	10,5
Total	238	100,00

Fonte: Pesquisa documental direta no APEBa, Mapa de Presos, maço 6297, 2005.

* Do total de listados como “preto”, apenas um não era africano, era estrangeiro.

³⁰Uma parcela desses sem ofício era composta por menores de idade, talvez, por isso não tinham um ofício definido. Não conseguimos contabilizar isso, pois os documentos estavam deteriorados. Aqui a ideia de que não declarar o ofício era uma forma do escravo (africano) não pagar impostos não procede, pois o número de escravos (e de africanos, em especial) era limitado. É mais provável que muitos dos cadastrados como sem ofício tenha sido fruto do descaso da polícia, que devia ter em mente um estereotipo definido, assim, não dava muita importância na identificação adequada de cada indivíduo em particular, mas tomavam como uma generalização, do tipo: todos são sem ofício, como uma forma de dizer que aqueles indivíduos, negros e mestiços, não trabalhavam. Isto é *uma possibilidade*.

³¹Inclusive encontramos casos de presos que foram registrados duas vezes, em dias diferentes ou, em fichas separadas, o que abre brecha para o descaso (e/ou desleixo) por parte do corpo de polícia no registro dos presos e, conseqüentemente, nos impõem um relativo nível de incerteza na definição da profissão do preso. Como no exemplo dos presos Alfredo José Vigas, brasileiro, branco, casado, 26 anos e João Pompeo Baptista, brasileiro, crioulo, 25 anos, solteiro, respectivamente, presos por ferimentos e desordem. O primeiro, por ordem do subdelegado do Pilar, e o segundo, pelo subdelegado de Santa A'nna. Foram registrados no dia 24 de agosto de 1989, como sem ofício e, por acaso, foram também registrados no dia seguinte, dessa vez com as profissões de Negociante (Alfredo) e Pedreiro (João). Outro exemplo interessante é o Jerônimo dos Santos Ramos, brasileiro, crioulo, 26 anos, solteiro, preso por ordem do subdelegado do Passo, por crime de furto, no dia 23 de Janeiro de 1889. Ele foi registrado em duas fichas separadas, no mesmo dia, em uma ele aparece como sem ofício e noutra como ganhador.

O percentual alto de presos (as) na condição de trabalhadores de rua e a predominância de negros e mestiços se fez constante ao longo desse mês em questão. Provavelmente se fez constante também ao longo dos anos, haja vista que os trabalhadores de rua, de um modo geral, eram constituídos majoritariamente por *negros*.

Conforme as tabelas apresentadas acima, podemos verificar que sempre entre os presos havia trabalhadores de rua negros (ou mestiços). Isso certamente condiz com a realidade da cidade de Salvador do final do século XIX. Contudo isso também evidencia como o controle e a perseguição eram práticas comuns no tocante a esses trabalhadores.

Isso nos permite perceber que a regulamentação alcançou diversos segmentos do trabalho de rua, desde os ganhadores em geral até os vendedores ambulantes, as quituteiras (ganhadeiras), entre outros.

A fiscalização/controlado dos trabalhadores de rua tinha também outros meios e interesses. Não se davam apenas por regulamentações/prisões. Passavam por questões étnicas e culturais. Por exemplo, no caso das vendedoras de comida, a ação possuía o caráter de embelezar a cidade, reservar e conservar os espaços públicos da cidade para a elite (*branca*). Para tanto, não poderia ser um espaço pitoresco, ridicularizado, popular, mas sim supostamente respeitoso, limpo e ordeiro. Dessa maneira, essas vendedoras eram estereotipadas de africanas e escravas, principalmente devido as suas vestimentas e a sua cor, as quais eram relacionadas à barbárie e falta de higiene, onde prevalecia o preconceito explícito contra a corrente étnica africana.

Conclusão

Apesar do rígido controle em Salvador do século XIX, a cidade era desordenada. Sua paisagem urbana e suas hierarquias sociais foram sedimentadas entre os pobres e pretos, homens e mulheres livres, libertos e cativos, mendigos e “vadios” (FERREIRA FILHO, 1998/99) que conheciam e se constituíam como seres estruturantes do ambiente sócio-espacial da cidade. A rua, neste panorama, constituía-se como o reduto dos mais vivos e hábeis, dentre estes o escravo de ganho, que, de acordo com Ferreira Filho

(1998/99), foi o trabalhador que melhor se adaptou a este espaço, conseguindo inclusive tirar proveito do controle senhorial e até manter uma relação de cooperação com este. Posteriormente, foram os próprios *ganhadores* que passaram a se consolidar como os *senhores* de todos os cantos, ruas e vielas de Salvador.

O marcante nesse processo de autonomização dos ganhadores – deixando de realizar sua atividade sob o *controle direto* do senhor, passando para o *controle externo* do corpo de polícia – é que eles terminam por instituir na rua a formação de um tipo de trabalho diferenciado, livre, mesmo em período escravista. Dessa forma, foi no espaço da rua, do trabalho de rua que parece ter se cristalizado o trabalho livre. E o *canto* teve papel chave, pois permitiu o uso desses espaços como locais de *liberdade*, de *autonomia*, de afirmação de identidades e, muitas vezes, foram focos aglutinadores de resistência – funcionando como uma suposta *instituição* protetora das práticas culturais dos seres da rua.

Além disso, foi a partir das condições sociais similares vividas pelos negros, mestiços e brancos pobres (pelo grupo subalterno), que termina por conformar a gênese de uma classe, a classe dos trabalhadores livres (autônomos) de rua. Assim, o contexto do final do século XIX, em Salvador, possibilitou refletir sobre a formação de uma classe trabalhadora antes mesmo da formação da *classe trabalhadora assalariada*, por excelência, a *classe operária*, que virá com a industrialização. Aqui, vivia-se um contexto de transição de um capitalismo comercial sustentado no regime escravo de produção para o capitalismo industrial dependente. Viveu-se, portanto, nas ruas de Salvador a formação de uma classe trabalhadora pós-escrava e pré-operária. E as mulheres pobres, negras e mestiças (libertas, vendendo produtos como quitutes, caruru, acaçá, mingau etc.) revelaram-se nesse processo como habilidosas e versáteis. Representavam nitidamente exemplos daqueles que conseguiram driblar os obstáculos e os desafios (FERREIRA FILHO, 1998/9).

A partir das informações apresentadas referente aos *cantos* de Salvador do final do século XIX e sobre os ganhadores e ganhadeiras das ruas da cidade, bem como através da observação dos mapas de presos, podemos fazer a seguinte ponderação: por que tantos trabalhadores (as) de rua estiveram envolvidos em delitos e crimes no final do século XIX em Salvador? Será que eles (as) eram de fato perniciosos, indolentes e

inaptos à civilização? Ou, simplesmente, eles (as) eram presos (as) a todo instante por serem considerados como uma *classe perigosa*, que precisava ser controlada – já que passava a lutar pela melhoria de sua condição social e contra opressão?

Sem dúvida, uma coisa é certa, esse segmento de rua, naquele contexto, era uma peça chave na movimentação da cidade, principalmente de mercadorias (e serviços) e se apresentavam como um momento de introdução de uma nova forma de trabalho liberta dos grilhões da escravidão: o trabalho livre de rua. Um segmento composto majoritariamente pelos negros (e mestiços), ou seja, pelos grupos de passado africano/escravista, os quais não eram mais africanos (salvo raras exceções), mas eram oriundos destes, e terminaram ao longo dos anos conquistando o espaço da rua como um espaço secular de labuta, bem como de perseguições e resistências. Isto nos permite supor que essa procedência pesou no estigma impetrado contra esses trabalhadores (pelo mundo *elitista branco*), o qual permanece ainda hoje, em outras formas, em relação aos *negros*, que ainda são discriminados em muitos espaços sociais do país. Mas, ao mesmo tempo, o espaço da rua aparecia como mais um meio e palco de lutas, assim, um espaço também político de afirmação de si e de busca por autonomia.

Referências

Documentos Utilizados

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBa), Seção Arquivo Colonial e Provincial, Série Polícia, maço 7116, **Livro de Matrícula dos Cantos**. O regulamento policial esta dentro deste maço.

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBa), Seção do Arquivo Colonial e Provincial, maço 2911, folha 22, **Presidência da Província Legislativa: registros de leis e resoluções**, 1889.

Arquivo Publico do Estado da Bahia (APEBa), Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Série Polícia, maço 6297, **Mapas de presos, prisões**, 1887 – 1889.

Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), **Jornal de Notícias**, 18/03/1895, p. 01.

Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), **Jornal de Notícias**, 04/05/1889, p. 01.

Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), **Jornal de Notícias**, 15/09/1900, p. 01.

Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), **Diário de Notícias**, Jornal, 01/08/1904, p. 03.

Livros, artigos, teses

ALBUQUERQUER, Wlamyra R. de. **Algazarra nas ruas**: comemorações da independência na Bahia (1889 – 1923). São Paulo: Fapesp/Unicamp, 1999.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe**: 1859, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1980.

CAMPOS, J. da Silva. "Ligeiras notas sobre a vida íntima, costumes e religião dos africanos na Bahia". **Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial, v. 29, 1943, p.291-309.

CASTELLUCCI, Aldrin. A. S. **Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914 –1921)**. Salvador: FIEB, 2004.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Divisão Européia do Livro, 1972.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. "Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890 – 1937)". **Afro-Ásia**, 21-22, 1998/1999, p. 239-256.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MATTOSO, Kátia de Queirós Mattoso. **Bahia**: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1978.

QUERINO, Manoel A. **Bahia de Outrora**, Salvador: Livraria Progresso; Editora Aguiar e Souza Ltda., 1946.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. "De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição". **Afro-Ásia**. Salvador, 24, 2000, p. 199-242.

_____. "A Greve Negra de 1857 na Bahia". **Revista da USP**, São Paulo, n. 18, jul. ago. 1991.

SOARES, Luiz Carlos. "Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX". **Revista Brasileira de História**, v.8, n.16 (1988), p.107-142.

SILVA, Marilene Rosa N. da. **O escravo ao Ganho**: uma nova face da escravidão. Dissertação (Mestrado), UFRJ, Rio de Janeiro, 1986.

TAUNAY, Affonso de E. **Na Bahia de Dom João VI**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1928.

Recebido em *Março* de 2012
Aprovado em *Maior* de 2012